

Banco Volvo (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Em milhares de reais – R\$)

Aos acionistas e clientes:

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial relativas ao exercício findo em 31/12/2018, bem como o parecer dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 é de R\$974.188 (R\$835.014 em 2017) e o resultado do exercício foi um lucro de R\$147.590 (R\$95.482 em 2017).

Agradecemos aos acionistas, clientes e funcionários pela colaboração e apoio demonstrado durante o exercício.

Curitiba, 29 de março de 2019

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Volvo (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. ("Banco") e de suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN, e as regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN, para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.



Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 28 de março de 2018 com ressalva referente à não reclassificação das operações de arrendamento mercantil.

Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria com ressalva, referente à não reclassificação das operações de arrendamento mercantil, datado de 25 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório de Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR



Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas explicativas		2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas		2018	2017
CIRCULANTE			1.642.889	1.902.471	CIRCULANTE			1.138.661	1.241.006
Disponibilidades	3		4.562	5.144	Depósitos	10		132	497
Aplicações interfinanceiras de liquidez			47.798	381.876	Depósitos a prazo			132	497
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3		47.798	381.876	Obrigações por empréstimos			9.145	-
Títulos e valores mobiliários	4		57.904	36.294	Empréstimos no exterior	11		9.145	-
Carteira Própria			57.904	36.294	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais			1.041.651	1.144.373
Operações de crédito	5		1.463.122	1.405.642	FINAME	12		1.041.651	1.144.373
Operações de crédito - Setor privado			1.502.266	1.480.283	Outras obrigações			87.733	96.136
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(39.144)	(74.641)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados			378	116
Operações de arrendamento mercantil	5		1.509	1.786	Sociais e Estatutárias			1.695	1.890
Operações de arrend. financeiro a receber					Fiscais e previdenciárias	13.a)		24.750	16.491
Setor privado			1.549	816	Diversas	13.b)		60.910	77.639
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil			(1.536)	(626)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(115)	(15)	Depósitos	10		1.390.134	1.455.540
Operações de arrend. operacional a receber					Depósitos a prazo			4.026	4.631
Setor privado			28.560	26.383	Obrigações por empréstimos			31.111	-
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil			(26.949)	(24.772)	Empréstimos no exterior	11		31.111	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			-	-	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais			1.319.783	1.423.553
Outros créditos	6		65.825	59.748	FINAME	12		1.319.783	1.423.553
Diversos	6		65.825	59.748	Outras obrigações			35.214	27.356
Outros valores e bens	7		2.169	11.981	Fiscais e previdenciárias	13.a)		9.797	5.553
Outros valores e bens			1.506	11.289	Diversas	13.b)		25.417	21.803
Despesas antecipadas			663	692	Resultados de exercícios futuros	2.1.o)		12.427	17.092
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			1.797.502	1.556.648	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		974.188	835.014
Operações de crédito	5		1.742.884	1.457.173	Capital - domiciliados no exterior			776.528	728.843
Operações de crédito - Setor privado			1.789.513	1.534.550	Reserva de capital			73	73
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(46.629)	(77.377)	Reserva de lucros			197.587	106.098
Operações de arrendamento mercantil	5		(69)	(294)					
Operações de arrend. financeiro a receber									
Setor privado			9.511	11.658					
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil			(9.511)	(11.658)					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(69)	(294)					
Operações de arrend. operacional a receber									
Setor privado			8.956	39.646					
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil			(8.956)	(39.646)					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			-	-					
Outros créditos	6		54.411	98.862					
Diversos	6		54.411	98.862					
Outros valores e bens	7		276	907					
Despesas antecipadas			276	907					
PERMANENTE			75.019	89.533					
Investimentos			9.290	9.655					
Participações em controladas - No País	8		2.345	3.377					
Outros investimentos			6.945	6.278					
Imobilizado de uso			365	439					
Outras imobilizações de uso			1.369	1.357					
Depreciações acumuladas			(1.004)	(918)					
Imobilizado de arrendamento	9		58.645	72.987					
Bens arrendados			84.583	91.074					
Depreciação acumulada			(25.938)	(18.087)					
Diferido			355	486					
Perdas em arrendamento a amortizar e outros			2.694	2.693					
Amortizações acumuladas			(2.339)	(2.207)					
Intangível			6.364	5.966					
Ativos intangíveis			11.416	10.556					
Amortizações acumuladas			(5.052)	(4.590)					
TOTAL DO ATIVO			3.515.410	3.548.652	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			3.515.410	3.548.652

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	Semestre findo em 31 de dezembro de 2018	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de crédito		237.965	456.625	468.486
Operações de arrendamento mercantil		211.174	399.168	395.700
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		20.963	40.809	35.621
		5.828	16.648	37.165
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de captação no mercado		(102.879)	(190.533)	(255.139)
Operações de empréstimos e repasses		(130)	(275)	(1.485)
Operações de arrendamento mercantil		(90.291)	(172.070)	(174.132)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(16.096)	(30.582)	(27.267)
		3.638	12.394	(52.255)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
		135.086	266.092	213.347
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Receitas de prestação de serviços	17.a)	(28.055)	(51.687)	(80.570)
Despesas de pessoal		44.364	85.941	66.575
Despesas gerais e administrativas	16	(17.443)	(35.658)	(35.681)
Despesas tributárias		(46.995)	(88.500)	(98.827)
Resultado de participações em controladas	8	(11.253)	(21.892)	(19.656)
Outras receitas operacionais	17.b)	(551)	(1.032)	(1.166)
Outras despesas operacionais	18	9.068	19.643	19.219
		(5.245)	(10.189)	(11.034)
RESULTADO OPERACIONAL				
		107.031	214.405	132.777
RESULTADO NÃO OPERACIONAL				
		560	1.848	(1.216)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Provisão para imposto de renda e contribuição social	14.a)	107.591	216.253	131.561
Provisão para imposto de renda		(21.287)	(66.015)	(33.758)
Provisão para contribuição social		(2.393)	(9.149)	(479)
IR/CS diferidos		(380)	(3.724)	(162)
		(18.514)	(53.142)	(33.117)
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO				
		(1.359)	(2.648)	(2.321)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO				
		84.945	147.590	95.482
Quantidade de ações no final do semestre / exercício		7.189.666.600	7.189.666.600	6.748.179.700
Lucro líquido por ação - em reais - R\$		0,0118	0,0205	0,0141

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Capital realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
					Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		683.623	-	73	20.199	43.617	-	747.512
Aumento de capital	15.b	45.220	-	-	-	-	-	45.220
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	95.482	95.482
Destinações do lucro:								
Reserva de lucros		-	-	-	2.114	40.168	(42.282)	-
Juros sobre o capital próprio	15.b	-	-	-	-	-	(53.200)	(53.200)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>728.843</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>22.313</u>	<u>83.785</u>	<u>-</u>	<u>835.014</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		728.843	-	73	22.313	83.785	-	835.014
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	147.590	147.590
Destinações do lucro:								
Reserva de lucros		-	-	-	10.040	81.449	(91.489)	-
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio e distribuição	15.b	-	47.685	-	-	-	(56.101)	(8.416)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>728.843</u>	<u>47.685</u>	<u>73</u>	<u>32.353</u>	<u>165.234</u>	<u>-</u>	<u>974.188</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018		728.843	-	73	28.105	140.638	-	897.659
Aumento de capital	15.b	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	84.945	84.945
Destinações do lucro:								
Reserva de lucros		-	-	-	4.247	24.597	(28.844)	-
Juros sobre o capital próprio	15.b	-	47.685	-	-	-	(56.101)	(8.416)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>728.843</u>	<u>47.685</u>	<u>73</u>	<u>32.352</u>	<u>165.235</u>	<u>-</u>	<u>974.188</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2018	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	107.591	216.253	131.561
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.638)	(12.394)	52.255
Depreciações e amortizações	6.664	14.123	14.517
Provisão para passivos contingentes	2.651	5.559	8.708
Ajuste ao valor de mercado de investimentos	(409)	(667)	(844)
Insuficiência (Superveniência) de depreciação	295	3.052	6.308
Resultado de participação em controladas	551	1.032	1.166
Outros	(1.359)	(2.648)	(2.321)
	<u>112.346</u>	<u>224.310</u>	<u>211.350</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Aumento (redução) de títulos e valores mobiliários	(13.055)	(21.610)	(12.864)
Operações de crédito e arrendamento mercantil	(312.752)	(330.745)	494.386
Outros créditos	4.372	(1.021)	2.310
Outros valores e bens	4.366	10.443	(6.349)
Outras obrigações	4.432	(10.760)	(8.051)
Resultados de exercícios futuros	(2.689)	(4.665)	(8.903)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.879)	(21.964)	(14.029)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(218.859)</u>	<u>(156.012)</u>	<u>657.850</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação de imobilizado de uso, arrendamento e diferido		-	124
Aquisição de intangível/diferido	(572)	(860)	(1.486)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(2.166)	(2.166)	(74.769)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(2.738)</u>	<u>(3.026)</u>	<u>(76.131)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (redução) em depósitos	323	(970)	(12.505)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	49.846	(166.236)	(556.748)
Dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos	(8.416)	(8.416)	(7.980)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>41.753</u>	<u>(175.622)</u>	<u>(577.233)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(179.844)</u>	<u>(334.660)</u>	<u>4.486</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercício	232.204	387.020	382.534
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/ exercício	52.360	52.360	387.020

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais –R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volvo (Brasil) S.A. - Conglomerado Prudencial ("Banco Volvo"), com sede na cidade de Curitiba - PR, compreende as seguintes entidades: Banco Volvo (Brasil) S.A. (Instituição líder) e Volvo Administradora de Consórcio Ltda. ("Consórcio"). Atua, principalmente, em operações de crédito voltadas ao financiamento de veículos e administração de grupos de consórcio de caminhões, ônibus e equipamentos de construção da marca Volvo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do Banco Volvo S.A. Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31 de outubro 2013 e Circular nº 3.701 de 13 março 2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução.

Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota explicativa nº 4) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Em 29 de março de 2019, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data.

b) Consolidação

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional - CMN, as demonstrações financeiras do Banco Volvo S.A. - Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação da entidade localizada no país sobre a qual detém controle direto.

Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

2.1. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado, de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata die" e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período.
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IR e contribuição social - CSLL é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar, em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados na categoria para negociação são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos na demonstração do resultado.

- f) Operações de crédito, depósitos a prazo e interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta rendas/despesas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas "pro rata temporis" até a data do balanço.

- g) Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento foram demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais a vencer, as quais são apropriadas ao resultado nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamentos, necessário para que o resultado e o patrimônio líquido estejam de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato.

- h) Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira.

Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos tais como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A referida Resolução requer que seja constituída provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa equivalente, no mínimo, ao total produzido pela aplicação de percentuais específicos.

- i) Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos foram registrados ao valor de custo, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

- j) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear e considera as seguintes taxas anuais de vida útil: 10% para móveis e equipamentos e 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transporte.

k) Imobilizado de arrendamento

É demonstrado ao custo e reduzido pela depreciação acumulada que, quando aplicável, é calculada de forma acelerada e, segundo determinação da Portaria MF nº 140/84, com redução de 30% da vida útil. Conseqüentemente, o Banco Volvo, visando atender ao regime de competência, constituiu, no exercício, provisão para insuficiência de depreciação, no montante de R\$3.052 (2017 - R\$6.308) classificada em "Despesas da intermediação financeira", na rubrica "Operações de arrendamento mercantil", equivalente ao ajuste ao efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas internas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.

l) Ativo diferido e intangível

Composto, substancialmente, de gastos logicais demonstrados pelo custo e amortizados pelo método linear à taxa de vida útil de 20% ao ano. De acordo com a Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, os saldos existentes no ativo diferido antes da entrada em vigor desta Resolução podem ser mantidos até a sua efetiva baixa. Novos gastos foram contabilizados no ativo intangível, a partir desta data.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Na avaliação da Administração não houve indícios de perda por "impairment" no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

n) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

o) Resultados de exercícios futuros

Referem-se a receitas de juros recebidos, antecipadamente, na liberação de créditos subsidiados pela montadora Volvo do Brasil Veículos Ltda. e concessionários, reconhecidas como resultados de exercícios futuros, no montante de R\$12.427 (2017 - R\$17.092), as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações classificados em "Receitas da intermediação financeira", na rubrica "Operações de Crédito", no montante de R\$6.952, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e pelas parcelas do lucro obtido nas operações de cessão de crédito, ocorridas nos exercícios de 2010 a 2014.

p) Benefícios a empregados

O Banco opera com plano de pensão exclusivo, a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada. O plano é financiado por pagamentos proporcionais, de acordo com os cálculos atualizados anualmente. O Banco tem apenas plano de contribuição definida.

O Banco faz contribuições para o plano privado, de forma contratual. O Banco não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

q) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (v) créditos tributários; (vi) créditos de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidades	4.562	5.144
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	47.798	381.876
Total	<u>52.360</u>	<u>387.020</u>

(i) Referem-se a aplicações realizadas pelo Banco em Depósitos Interfinanceiros, remunerados à taxa média de 100% do CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração anual média - %</u>	<u>Valor de mercado</u>	
		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Certificado de Depósito Bancário - CDB	5,74	43.164	21.277
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4,38	<u>14.740</u>	<u>15.017</u>
Total		<u>57.904</u>	<u>36.294</u>

b) Abertura da carteira de títulos e valores mobiliários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Títulos para negociação	<u>57.904</u>	<u>36.294</u>

Os títulos para negociação são representados por aplicações financeiras em títulos públicos federais (LTN) e CDB com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, com os seguintes vencimentos:

	2018 Valor de mercado	2017 Valor de mercado
A vencer em até 12 meses	14.740	15.017
A vencer acima de 12 meses	<u>43.164</u>	<u>21.277</u>
Total	<u>57.904</u>	<u>36.294</u>

De acordo com a Circular 3.068/2001 (BACEN), os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Operações de arrendamento a receber

A carteira de arrendamento a receber, demonstrada pelo valor presente, é composta pelos seguintes saldos:

	2018	2017
Ativo circulante	1.624	1.801
Imobilizado de arrendamento (nota explicativa nº 9)	58.645	72.987
(-) Ativo circulante de arrendamento operacional	<u>(1.611)</u>	<u>(1.611)</u>
Imobilizado de arrendamento operacional	<u>(49.563)</u>	<u>(59.900)</u>
Imobilizado de arrendamento financeiro	9.095	13.277
Outras obrigações - diversas - longo prazo e circulante:		
Credores por antecipação de valor residual	(679)	(2.032)
Total de arrendamento financeiro a receber, pelo valor presente	<u>8.416</u>	<u>11.245</u>

Os valores demonstrados nos quadros a seguir, referentes a arrendamentos a receber, estão demonstrados pelo valor presente das operações.

As operações de arrendamento financeiro têm cláusulas de opção de compra, de taxas de juros prefixadas e de seguros dos bens objetos de arrendamento, em favor do arrendador.

Os valores residuais de opção de compra, antecipados pelos clientes, em 31 de dezembro de 2018 montavam R\$679 (2017 - R\$2.032) e estão registrados em "Outras obrigações - diversas", no passivo circulante e no exigível a longo prazo (nota explicativa nº 13(b)).

b) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

Operações de crédito e arrendamento mercantil

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Finame - repasses	2.338.168	2.551.798
Financiamento prefixado	802.260	329.662
Empréstimos de capital de giro	23.734	41.461
Floor Plan	127.616	91.912
Arrendamento financeiro (nota explicativa nº 4.a)	<u>8.416</u>	<u>11.245</u>
Total	<u>3.300.194</u>	<u>3.026.078</u>

c) Diversificação da carteira de crédito e arrendamento mercantil por ramo de atividade econômica

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Indústria:		
Química e petroquímica	15.526	14.629
Extração mineral	87.361	85.458
Alimentícia, bebidas e tabaco	74.446	71.757
Madeira e móveis	31.284	34.812
Construção e imobiliário	29.657	35.077
Outros	<u>16.558</u>	<u>38.430</u>
	<u>254.832</u>	<u>280.163</u>
Comércio	<u>492.216</u>	<u>441.387</u>
Serviços		
Transporte rodoviário (mercadorias e passageiros)	2.169.687	1.909.184
Construção civil	144.870	145.265
Agricultura, avicultura e agropecuária	47.951	52.103
Outros	<u>114.831</u>	<u>114.667</u>
	<u>2.477.339</u>	<u>2.221.219</u>
Pessoa física	75.807	83.309
Total da carteira	<u>3.300.194</u>	<u>3.026.078</u>

d) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil por níveis de risco

Níveis de risco	<u>2018</u>			<u>2017</u>	
	Créditos em dia	Créditos com atraso inferior a 15 dias	Créditos com atraso igual ou superior a 15 dias	Total	Total
AA	390.210	-	-	390.210	342.926
A	1.118.452	980	6	1.119.438	999.750
B	1.135.604	2.551	349	1.138.504	937.411
C	413.671	3.137	702	417.510	384.044
D	175.965	6.762	2.094	184.821	226.057
E	9.291	323	602	10.216	32.142
F	5.366	190	645	6.201	13.881
G	2.967	294	1.717	4.979	8.741
H	<u>22.525</u>	<u>805</u>	<u>4.986</u>	<u>28.316</u>	<u>81.126</u>
Total	<u>3.274.051</u>	<u>15.042</u>	<u>11.101</u>	<u>3.300.194</u>	<u>3.026.078</u>

- e) Composição da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, e correspondente provisão para riscos de crédito, nos níveis de riscos estabelecidos pelo BACEN

<u>Níveis de risco</u>	<u>Saldos em 31/12/2018</u>	<u>Percentual de provisionamento por nível de risco</u>	<u>Provisão para risco de crédito</u>
AA	390.210	0%	-
A	1.119.438	0,50%	5.597
B	1.138.504	1,00%	11.385
C	417.510	3,00%	12.526
D	184.821	10,00%	18.482
E	10.216	30,00%	3.065
F	6.201	50,00%	3.101
G	4.978	70,00%	3.485
H	28.316	100,00%	28.316
Total	<u>3.300.194</u>		<u>85.957</u>

<u>Níveis de risco</u>	<u>Saldos em 31/12/2017</u>	<u>Percentual de provisionamento por nível de risco</u>	<u>Provisão para risco de crédito</u>
AA	342.926	0%	-
A	999.750	0,50%	4.999
B	937.411	1,00%	9.374
C	384.044	3,00%	11.520
D	226.057	10,00%	22.605
E	32.142	30,00%	9.643
F	13.881	50,00%	6.941
G	8.741	70,00%	6.119
H	81.126	100,00%	81.126
Total	<u>3.026.078</u>		<u>152.327</u>

- f) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil por faixa de vencimento das operações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Parcelas vencidas acima de 15 dias	11.102	49.481
Parcelas vencidas há menos de 15 dias	15.042	5.498
A vencer:		
Até 90 dias	421.872	413.621
De 91 a 360 dias	1.057.590	1.007.405
Acima de 360 dias	<u>1.794.588</u>	<u>1.550.073</u>
Total	<u>3.300.194</u>	<u>3.026.078</u>

g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	152.327	199.972
Constituição/(reversão) de provisão	(12.394)	52.256
Baixa de créditos incobráveis	(53.976)	(99.901)
Saldo no final do exercício	<u>85.957</u>	<u>152.327</u>
Recuperação de créditos baixados	<u>51.997</u>	<u>51.431</u>

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Créditos tributários (nota explicativa nº 14 (b))	33.407	43.333
Valores pendentes de recebimento (a)	17.625	14.506
Impostos a recuperar	11.705	-
Outros créditos	<u>3.088</u>	<u>1.909</u>
	<u>65.825</u>	<u>59.748</u>
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (nota explicativa nº 14 (b))	39.506	78.066
Depósitos judiciais	11.417	7.551
Impostos a recuperar	<u>3.488</u>	<u>13.245</u>
	<u>54.411</u>	<u>98.862</u>
Total	<u>120.236</u>	<u>158.610</u>

(a) Refere-se a recursos ainda pendentes de recebimento dos grupos de consórcio em cobrança judicial, os quais serão rateados aos grupos quando de seu recebimento efetivo.

7. OUTROS VALORES E BENS - CURTO E LONGO PRAZOS

Referem-se a bens não de uso próprio, correspondente à recuperação de veículos financiados e a despesas pagas antecipadamente relacionadas à contratação de carta de fiança e a despesas com contratos de arrendamento mercantil.

8. INVESTIMENTOS

a) Demonstração dos investimentos

Volvo Corretora de
Seguros, Administração
e Serviços (Brasil) Ltda.

Cotas possuídas	9,999
Participação no capital social e votante	99,99%
Patrimônio líquido	2.345
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.032)
Saldo contábil do investimento	2.345
Equivalência patrimonial do exercício	(1.032)

b) Movimentação dos investimentos

	Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda.
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.543
Ajuste de equivalência patrimonial	<u>(1.166)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.377
Ajuste de equivalência patrimonial	<u>(1.032)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u><u>2.345</u></u>

9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

		2018			
Bens arrendados	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Superveniência (Insuficiência)	Total
Veículos	35,3%	79.484	(27.123)	2.066	54.427
Maq. e Equip.	35,3%	5.099	(1.325)	444	4.218
		<u>84.583</u>	<u>(28.448)</u>	<u>2.510</u>	<u>58.645</u>

		2017			
Bens arrendados	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Superveniência (Insuficiência)	Total
Veículos	35,3%	84.192	(16.994)	3.403	70.601
Maq. e Equip.	35,3%	6.882	(6.654)	2.158	2.386
		<u>91.074</u>	<u>(23.648)</u>	<u>5.561</u>	<u>72.987</u>

10. DEPÓSITOS

Depósito a prazo indexados ao CDI, com os seguintes vencimentos:

	2018	2017
Até 1 ano	132	497
De 1 a 3 anos	<u>4.026</u>	<u>4.631</u>
	<u>4.158</u>	<u>5.128</u>

A remuneração dos depósitos é variável entre 94% e 100% do CDI.

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Captações de recursos no exterior, com a Volvo Treasury AB sem risco cambial, indexados em reais e com taxas prefixadas de 8,7% a.a.

Em 31 de dezembro, os vencimentos das obrigações por empréstimos são:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Até 1 ano	9.145	-
De 1 a 3 anos	<u>31.111</u>	<u>-</u>
	<u>40.256</u>	<u>-</u>

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS

Recursos do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, Taxa de Longo Prazo - TLP ou Selic, acrescida de juros variando de 1,6% a 11,3% a.a., e recursos com taxas prefixadas variando de 0% a 19,5% a.a. com os seguintes vencimentos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Até 1 ano	1.041.651	1.144.373
De 1 a 3 anos	1.010.251	1.205.392
De 3 a 5 anos	293.358	214.267
De 5 a 15 anos	<u>16.174</u>	<u>3.894</u>
	<u>2.361.434</u>	<u>2.567.926</u>

Em parte de sua carteira de repasses, o Banco conta com garantia do Fundo Garantidor de Investimento - FGI, de natureza privada, administrado pelo BNDES, até o limite máximo de 80% da operação. A carteira coberta pelo fundo é de R\$269.600 (2017 - R\$302.821). O FGI é um fundo destinado a complementar parte das garantias de um financiamento. Os agentes financeiros que utilizam a garantia do FGI são cotistas do fundo na proporção de 0,5% dos valores que pretendem garantir nas operações.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante:		
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	1.551	-
Provisão de IR/CS diferido (i)	10.100	5.444
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>13.099</u>	<u>11.047</u>
	24.750	16.491
Realizável a longo prazo:		
Provisão para riscos fiscais (ii)	<u>9.797</u>	<u>5.553</u>
Total	<u>34.547</u>	<u>22.044</u>

- (i) Refere-se à provisão de imposto de renda sobre resultado de superveniência de depreciação dos veículos de arrendamento mercantil, e ajuste da depreciação acelerada dos veículos de arrendamento operacional.

- (ii) O Banco é parte envolvida em processos tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos (vide nota explicativa nº 13 (b) e (c)). Este saldo refere-se, principalmente, a ações fiscais nas quais são discutidas as bases de cálculo de IRPJ e CSLL na vigência do plano real.

b) Diversas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante:		
Provisão para pagamentos a efetuar	22.757	24.771
Credores por antecipação de valor residual	679	1.374
Recursos a devolver a grupos encerrados (ii)	16.495	17.596
Recursos pendentes de recebimento (nota explicativa nº 6)	17.625	14.507
Diversos	<u>3.354</u>	<u>19.391</u>
	<u>60.910</u>	<u>77.639</u>
Realizável a longo prazo:		
Credores por antecipação de valor residual	-	658
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	4.580	5.321
Provisão para contingências (iii)	<u>20.837</u>	<u>15.824</u>
	<u>25.417</u>	<u>21.803</u>
Total	<u><u>86.327</u></u>	<u><u>99.442</u></u>

- (i) Provisão para perdas para cobrir responsabilidades da Administradora no encerramento de grupos em andamento e valores já aportados em grupos encerrados.
- (ii) Representam os recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados.
- (iii) As obrigações são de natureza cível, em geral, decorrente de revisão de contrato e de indenização para danos morais e materiais.

Perdas possíveis

O Banco Volvo tem ações de natureza tributária, para as quais não há provisão contabilizada, relacionadas a ISS sobre operações de leasing, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$26.646 (2017 - R\$26.186).

O Banco Volvo também possui ações de natureza cível (revisórias e/ou indenizatórias), para as quais não há provisão contabilizada, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$1.750 (2017 - R\$522).

c) Movimentação da provisão para perdas e para contingências

	Provisão para perdas nos grupos de consórcios	Provisão para contingências	Total
Saldo no início do período	5.321	15.825	21.146
Constituição/ (reversão) de provisão	(235)	5.794	5.559
Utilização de provisão (líquida de recuperações)	(506)	(782)	(1.288)
Saldo no final do período	<u>4.580</u>	<u>20.837</u>	<u>25.417</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Medida Provisória (MP) nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, dispôs sobre medidas tributárias e elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das instituições financeiras, sociedades seguradoras e de capitalização de 15% para 20% do lucro tributável, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

Assim, as provisões para CSLL foram constituídas pela aplicação das alíquotas vigentes de 20% (15% para os impostos diferidos) e as provisões para Imposto de renda (IR) pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no exercício, sobre o lucro tributável, conforme demonstrado abaixo.

Com relação a Consórcio, a alíquota de IR é de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no exercício e da CSLL de 9%.

a) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

Descrição	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação	216.253	216.253	131.561	131.561
Equivalência patrimonial	1.032	1.032	1.166	1.166
Juros sobre o capital próprio	(56.101)	(56.101)	(53.200)	(53.200)
Adições e exclusões temporárias	<u>(122.113)</u>	<u>(123.993)</u>	<u>(93.610)</u>	<u>(99.995)</u>
Participação dos empregados no lucro	(2.648)	(2.648)	(2.321)	(2.321)
Ajuste da depreciação acelerada da carteira de leasing	(13.546)	(13.546)	(3.749)	(10.134)
Provisão para devedores duvidosos	(107.201)	(107.201)	(80.746)	(80.746)
Outras adições e exclusões temporárias	1.282	(598)	(6.794)	(6.794)
Despesas indedutíveis	480	480	101	101
Compensação de prejuízos e base negativa de contribuição social na Consórcio	<u>(1.580)</u>	<u>(3.798)</u>	<u>(772)</u>	<u>(772)</u>
Base de cálculo	<u>37.971</u>	<u>33.873</u>	<u>(14.754)</u>	<u>(21.139)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(9.149)	(3.724)	(479)	(162)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(29.583)</u>	<u>(23.559)</u>	<u>(18.877)</u>	<u>(14.240)</u>
Diferenças temporárias	(25.786)	(21.286)	(22.078)	(16.293)
Ajuste da depreciação acelerada da carteira de leasing	(2.910)	(1.746)	(937)	(1.520)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	<u>(887)</u>	<u>(527)</u>	<u>4.139</u>	<u>3.573</u>
Total	<u>(38.732)</u>	<u>(27.283)</u>	<u>(19.356)</u>	<u>(14.402)</u>

b) Impostos diferidos

O Banco Volvo - Conglomerado Prudencial possui R\$13.007 de prejuízos fiscais acumulados para fins de imposto de renda, R\$20.308 de base negativa de contribuição social e R\$169.077 (2017 - R\$274.243) de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2018, sobre os quais foram contabilizados integralmente, créditos tributários ativos, no montante de R\$72.912 (2017 - R\$121.399). Tais diferenças referem-se substancialmente à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados, com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros anuais futuros, sem prazo de prescrição. Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

<u>Ano</u>	<u>Diferenças temporárias e prejuízo fiscal</u>
2019	33.407
2020	17.234
2021	17.067
2022	4.807
2023	397
Total	<u>72.912</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$70.533 (2017 - R\$111.571), de diferenças temporárias.

c) Movimentação no exercício

	<u>Valor líquido dos créditos</u>	<u>Imposto diferido passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	151.059	(8.820)
Créditos tributários constituídos/ (utilizados)	<u>(29.660)</u>	<u>3.376</u>
	121.399	(5.444)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	121.399	(5.444)
Créditos tributários constituídos/ (utilizados)	<u>(48.487)</u>	<u>(4.656)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>72.912</u>	<u>(10.100)</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital

O capital social subscrito e integralizado está representado, em 2018, por 3.594.833.300 ações ordinárias e 3.594.833.300 ações preferenciais (2017 - 3.374.089.850 ações ordinárias e 3.374.089.850 ações preferenciais), todas nominativas sem valor nominal, assim distribuídas entre seus acionistas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Volvo Holding Sverige Aktiebolag	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
Total	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as disposições da legislação societária, após a compensação dos prejuízos acumulados. As ações preferenciais não têm direito a voto, possuem prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do Banco e igualdade de direitos com as ações ordinárias nos demais aspectos.

b) Juros sobre o capital próprio e aumento de capital

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração do Banco Volvo aprovou, em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2018, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$56.101 (2017 - R\$53.200), o que corresponde a R\$0,10801 (2017 - R\$0,0079) por ação, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

Nessa mesma Assembleia Geral Extraordinária, a acionista controladora decidiu reinvestir os juros sobre o capital próprio no capital social do Banco Volvo, aprovando aumento de capital equivalente ao valor pago dos juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF, no montante de R\$47.685 (2017 - R\$45.220), passando o capital social do Banco de R\$728.843 em 31 de dezembro de 2017 para R\$776.528 em 31 de dezembro de 2018, com emissão de 220.743.450 (2017 - 209.332.469) ações ordinárias e de 220.743.450 (2017 - 209.332.469) ações preferenciais. A aprovação do aumento de capital social, pelo Banco Central do Brasil, deu-se em 13 de março de 2019.

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Semestre findo em <u>31/12/2018</u>	Exercício findo em <u>31/12/2018</u>	Exercício findo em <u>31/12/2017</u>
Despesas com serviços de terceiros	27.602	48.037	55.043
Despesas de promoção e relações públicas	2.548	4.865	5.259
Despesas com viagens e transporte	1.910	3.772	3.358
Despesas com processamento de dados	1.953	3.762	4.523
Outras despesas administrativas	<u>12.982</u>	<u>28.064</u>	<u>30.644</u>
Total	<u>46.995</u>	<u>88.500</u>	<u>98.827</u>

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

a) Receita de prestação de serviços

Compostas substancialmente pelas receitas de taxa de administração da Consórcio, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 montam R\$80.484 (2017 - R\$62.153).

b) Outras receitas operacionais

	Semestre findo em <u>31/12/2018</u>	Exercício findo em <u>31/12/2018</u>	Exercício findo em <u>31/12/2017</u>
Recuperação de despesas	6.559	14.298	13.519
Cessão de crédito	28	98	342
Reversão de provisões operacionais	-	736	2.408
Outras	<u>2.481</u>	<u>4.511</u>	<u>2.950</u>
Total	<u>9.068</u>	<u>19.643</u>	<u>19.219</u>

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestre findo em <u>31/12/2018</u>	Exercício findo em <u>31/12/2018</u>	Exercício findo em <u>31/12/2017</u>
Despesas de provisões legais e contingências	3.981	7.624	8.271
Despesas com serviços de terceiros	1.061	2.246	2.567
Outras	<u>203</u>	<u>319</u>	<u>196</u>
Total	<u>5.245</u>	<u>10.189</u>	<u>11.034</u>

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

As transações realizadas pela instituição, com partes relacionadas, compreendem aplicações em depósitos interfinanceiros e captações de depósito a prazo, contratadas com taxas e condições praticadas com terceiros e receitas (despesas) administrativas referente a contrato específico de prestação de serviços.

Os saldos destas operações são demonstrados a seguir:

	2018		2017	
	<u>Ativos</u> <u>(Passivos)</u>	<u>Receitas</u> <u>(Despesas)</u>	<u>Ativos</u> <u>(Passivos)</u>	<u>Receitas</u> <u>(Despesas)</u>
Receitas administrativas:				
Volvo Corretora de Seg., Adm. e Serv. Ltda.	42	504	90	1.080
Depósitos a prazo:				
Volvo Corretora de Seg., Adm. e Serv. Ltda.	(1.864)	(131)	(3.117)	(434)
Empréstimos no exterior (nota explicativa nº 11):				
Volvo Treasury AB	(40.256)	(457)	-	-
Despesas administrativas:				
Volvo Financial Services US LLC	-	(7.930)	-	(6.093)
Volvo do Brasil Veículos Ltda.	(527)	(2.602)	(475)	(2.168)
Volvo Information Technology AB	(194)	(1.866)	(298)	(1.885)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São considerados como pessoal-chave da Administração os funcionários que fazem parte da diretoria. A remuneração paga ou a pagar a estes funcionários está demonstrada a seguir, e refere-se ao montante pago ou a pagar pelos serviços por eles prestados às empresas do conglomerado Volvo Serviços Financeiros - Brasil:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários, honorários e encargos	3.235	3.099
Gratificação	581	431
Planos de aposentadoria e pensão	123	129
Outros	<u>235</u>	<u>137</u>
	<u>4.174</u>	<u>3.796</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Banco Volvo não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Banco Volvo, Instituição integrante da divisão Volvo Financial Services do Grupo Volvo, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes globais e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoramento de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para o Grupo Volvo, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

a.1) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco Volvo é realizado por uma estrutura, cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Instituição aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

a.2) Risco de mercado e risco de liquidez

A estrutura de risco de mercado e de liquidez do Banco Volvo é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pela matriz do Grupo, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Instituição. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

a.3) Risco operacional

A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Grupo. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

Mais informações sobre a gestão de riscos podem ser obtidas em nosso site, no link: <http://www.vfsc.com.br/pt-br/compliance.html>

a.4) Risco socioambiental

A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental tem como objetivo elencar as diretrizes que norteiam as ações que devem ser observadas na comercialização dos produtos e serviços do Banco Volvo, bem como na contratação com fornecedores.

b) Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo garantir que o Banco mantenha níveis adequados de capital para suportar suas operações. A estrutura implementada inclui política, monitoramento periódico da adequação de capital, plano de capital e testes de estresse.

O modelo estabelecido para o funcionamento da estrutura de Gerenciamento de Capital está disponível no endereço: <http://www.vfsc.com.br/pt-br/compliance.html>

22. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

a) Fundo de pensão

A suplementação da aposentadoria dos funcionários está a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, da qual a empresa, por ser uma das patrocinadoras, é responsável pelas contribuições proporcionais, de acordo com os cálculos atualizados anualmente.

b) Planos de benefícios

A modalidade desse plano é contribuição definida na formação das reservas e também contribuição definida no pagamento da renda mensal a partir da aposentadoria. Apenas para os participantes inscritos no plano até maio/2011, há a opção por benefício definido no pagamento da renda mensal vitalícia a partir da aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco Volvo efetuou contribuições no montante de R\$752 (2017 - R\$737), referentes à contribuição básica e custeio administrativo.

c) Passivo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(78.991)	(64.520)
Valor justo dos ativos	<u>109.308</u>	<u>87.828</u>
Situação financeira do plano	<u>30.317</u>	<u>23.308</u>

A situação financeira do plano, resultante da diferença entre o valor justo dos ativos e o valor presente das obrigações atuariais, apurado de acordo com a metodologia de cálculo adotada em atendimento à norma é meramente contábil. Estes ganhos não são reconhecidos pelo Banco Volvo (Brasil) S.A., nem mesmo pela Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, já que está obrigada a calcular as obrigações atuariais e definir as premissas, com base em Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

O passivo atuarial acima demonstrado contempla o resultado geral do Plano Vikingprev (todas as Patrocinadoras do Plano).

d) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, no exercício findo em 31 de dezembro são as seguintes:

	2018	2017
<u>Hipóteses econômicas</u>		
Taxa de desconto	9,53% a.a. (nominal)	10,16% a.a. (nominal)
Taxa de retorno esperado dos ativos	9,53% a.a. (nominal)	10,16% a.a. (nominal)
Crescimento salariais futuros	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	4,50% a.a. (nominal)	4,60% a.a. (nominal)
Inflação	4,50% a.a.(nominal)	4,60% a.a. (nominal)
<u>Hipóteses demográficas</u>		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Média suavizada em 20%	AT-2000 Média suavizada em 20%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 Média suavizada em 20%	AT-2000 Média suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável	Não aplicável

23. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILEIA)

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco Volvo encontrava-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor.

A partir de 1º de outubro de 2013 a Resolução CMN nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração. O Índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2018, foi apurado em 26,32% (2017 - 23,89%).

O Banco possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8,625% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/07 do BACEN e demais normativos pertinentes.